Projeto de lei ordinária nº 170/2025

RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei ordinária de autoria do Vereador Toni Russo e Institui o Programa Abrigo Digital, destinado a promover a adoção e o engajamento social em favor de animais em situação de vulnerabilidade, utilizando plataformas digitais integradas e pontos de acesso público, com vistas a modernizar e democratizar o processo de adoção, ampliar a transparência das informações sobre animais abrigados e fomentar oportunidades de voluntariado e apoio à proteção animal no município de Armação dos Búzios, e dá outras providências.

NOTAS DO RELATOR

O Município de Armação dos Búzios, como ente federativo, tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local e, em particular, sobre proteção e defesa dos animais, nos termos do art. 30, I, da Constituição da República e art. 22, I, da Lei Orgânica Municipal.

No entanto, a proposição invade competência do Poder Executivo, pois fixa política administrativa e o modo de execução dos serviços que menciona pelo Executivo.

Ao obrigar a Secretaria a criar essa estrutura tecnológica e a assumir essas novas rotinas de gestão, o Legislativo está interferindo na autonomia do Prefeito para decidir como organizar seus órgãos e alocar seus recursos humanos e tecnológicos.

O Projeto de Lei é inconstitucional por vício de iniciativa, não pela mera criação da despesa, mas sim pela usurpação da competência do Prefeito para gerir e organizar a administração pública e suas Secretarias.

Nesse sentido, opino pela inconstitucionalidade da matéria.

Armação dos Búzios, 25 de setembro de 2025.

FELIPE DO NASCIMENTO LOPES

Relator

Projeto de lei ordinária nº 170/2025

PARECER

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação opina, por unanimidade dos votos, pela **inconstitucionalidade da matéria**. É o Parecer.

Armação dos Búzios, 26 de setembro de 2025.

Felipe Lopes

Presidente

Aurélio Barros

Vice-Presidente

Raphael Braga

Membro
